

# Contradições e Dinâmicas Sociais e Econômicas na Fronteira da Paz

Sueli Goulart<sup>1</sup>

Maria Ceci Misoczky<sup>2</sup>

Rafael Kruter Flores<sup>3</sup>

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2017.38.7-43>

## Resumo

Esse artigo é parte de uma pesquisa sobre as características e tendências da dinâmica socioeconômica construída pelas organizações locais em Livramento-Rivera, cidades localizadas na fronteira Brasil-Uruguai. O referencial teórico tem o conceito de coerência estruturada no seu centro, ou seja, entendemos que processos de produção e consumo, oferta e procura (de mercadoria e força de trabalho), produção e realização, conflitos de classes e acumulação, cultura e estilos de vida, permanecem unidos em um tipo de coerência estruturada resultante do conjunto de relações de forças produtivas e sociais. A estratégia de pesquisa foi a de estudo de caso intrínseco e instrumental. Em uma primeira etapa de trabalho de campo identificamos e agrupamos projetos em dois conjuntos: aqueles impulsionados pelos grupos econômicos e políticos estabelecidos e aqueles articulados como processos sociais inovadores. Na segunda etapa constatamos novos projetos e a prevalência de iniciativas dominadas pela racionalidade econômica. A coerência regional estruturada pelos atores da fronteira Livramento-Rivera segue os padrões histórico-culturais da expectativa de grandes projetos propiciados por atores “de fora”, reproduzindo os padrões histórico-culturais da estrutura fundiária e/ou se apropriando de espaços valiosos em termos de recursos naturais. A organização

<sup>1</sup> Doutora em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe). Graduada em Biblioteconomia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). [sueli.goulart@ufrgs.br](mailto:sueli.goulart@ufrgs.br)

<sup>2</sup> Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). [maria.ceci@ufrgs.br](mailto:maria.ceci@ufrgs.br)

<sup>3</sup> Doutor e mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). [rafael.flores@ufrgs.br](mailto:rafael.flores@ufrgs.br)

de projetos alternativos à lógica desenvolvimentista, ao se entrelaçar com instituições de suporte técnico-organizacional, leva a práticas organizacionais voltadas para o mercado que solapam a produção social de lógicas distintas de organização.

**Palavras-chave:** Coerência regional estruturada. Sant'Ana do Livramento (RS). Rivera (UY). Fronteira Brasil-Uruguai.

## **CONTRADICTIONS AND SOCIOECONOMIC DYNAMICS ON THE PEACE BORDER**

### **Abstract**

---

This paper is part of a research about the characteristics and tendencies of the socioeconomic dynamics that result from local organizations in Livramento-Rivera, cities located in the border Brazil-Uruguay. The theoretical framework is based on the concept of regional structured coherence: processes of production and consumption, supply and demand (of commodities and labor force), production and realization, class struggle and accumulation, culture and livelihood, remain tight in a kind of structural coherence, which result from the articulation of productive and social forces. The research strategy adopted was the intrinsic and instrumental case study. In the first phase of field study, we identified two clusters of projects: those lead by economic and political established groups; and those articulated as innovative social processes. In the second phase, we found new projects and the prevalence of initiatives dominated by economic rationality. The regional coherence structured by the actors in the border Livramento-Rivera follows a historical and cultural pattern of the region, that is, the expectation of big projects propitiated by external actors; and reproduces the historical and cultural pattern of the land structure of property. The organization of projects alternative to the development logic, through intertwining with technical and organizational support institutions, leads to market oriented organizational practices which undermine the production of distinct logics of organizing.

**Keywords:** Regional structured coherence. Sant'Ana do Livramento (RS). Rivera (UY). Brasil-Uruguai border.

A expressão fronteira origina-se do latim *frontaria*. Significa o território que ficava em frente ou nas margens (GUAZZELLI, 1997). Fronteira não é o mesmo que limite. Enquanto a fronteira pode ser um fator de integração, uma zona de interpenetração mútua e de constante convivência entre portadores de traços sociais, políticos e culturais distintos, o limite é um fator de separação entre unidades políticas soberanas. Esse é o paradoxo constante da vida e do trabalho em territórios de fronteira: o constante esforço de ir além das fronteiras e ser contido pelos limites do aparato jurídico-institucional (MACHADO, 1998).

Sarquis (1996) define zonas de fronteira como franjas territoriais de um lado e de outro nas quais convivem populações com particularidades próprias que as diferenciam de outras partes do território nacional. Há, ainda, a ideia de fronteiras vivas, permeáveis, propícias à tensão e à acumulação, à ação interativa, frequentemente à margem das formalidades (PADRÓS, 1994). Martins (2005) escreve, ainda, sobre uma fronteira mole, em que há grande facilidade de cruzamento e a impossibilidade de impedir trocas; e de uma fronteira quente, na qual conflitos históricos e esporádicos são contornados gerando-se relações amistosas entre os povos.

A relação entre os habitantes de Sant'Ana do Livramento (BR) e Rivera (UY) produz-se em uma fronteira viva, permeável, com intensos cruzamentos e marcada por interações que redundaram na sua denominação como a *Fronteira da Paz*. Essas duas cidades compartilham uma ampla avenida e o Parque Internacional, e são consideradas, muitas vezes, uma única cidade. Entre elas a linha divisória, o limite, são formalizados por marcos que, no entanto, não conseguem separá-las quanto à integração linguística, à circulação do trabalho, do consumo e do lazer. São, por isso, definidas como cidades-gêmeas<sup>4</sup> para efeito de propostas de desenvolvimento e intervenções dos respectivos Estados nacionais. Segundo o Grupo de Trabalho Interfederativo

---

<sup>4</sup> São adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira, seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura (Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça, 2010).

de Integração Fronteiriça (2010, p. 21), as cidades-gêmeas “apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, assim como manifestações ‘condensadas’ dos problemas característicos da fronteira, que nesse espaço adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania”. Em suas origens, Sant’Ana do Livramento e Rivera já compartilhavam traços comuns: inserção em regiões dependentes da produção da carne para mercados externos, realizada em grandes propriedades, de modo extensivo e com pouca exigência de mão de obra; origem militar de seus núcleos urbanos; importância do comércio, inclusive do contrabando. A força do latifúndio e o fenômeno político do caudilhismo, em conexão com a militarização da fronteira explicam, segundo Costa (1988), a formação de uma ideologia profundamente conservadora, “pois garantir a fronteira significa conservar o território e, com ele, a essência dos valores dominantes”. Tomando esse cenário como ponto de partida, realizamos uma pesquisa sobre as características (processos de diferenciação) e tendências (coerência regional estruturada) da dinâmica socioeconômica que vem sendo construída em Livramento-Rivera. Neste artigo apresentamos uma síntese dos resultados alcançados. Cabe esclarecer que esta síntese expõe parte de um programa de pesquisa que desenvolvemos desde 2007 cujo tema orientador foi a crítica à noção de desenvolvimento, como as perspectivas em disputa em torno do tema e as estratégias emergentes de desenvolvimento nacional. Neste texto concentramos a exposição e a análise em dados que nos permitissem explicar os processos de diferenciação e a coerência regional estruturada no contexto socioeconômico das cidades-gêmeas. A riqueza de seus processos históricos e sociais, muitas vezes negligenciada como espaço de produção de conhecimento, está, a nosso ver, carregada de possibilidades de apreensão de categorias analíticas como as desenvolvidas por David Harvey, expostas e articuladas à realidade estudada ao longo deste texto.

A estratégia de pesquisa foi a de estudo de caso. Segundo Yin (2005, p. 20),

como estratégia de pesquisa [...] o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de setores econômicos.

Para ele, o estudo de caso “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2005, p. 32). Conclui seu entendimento sobre o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa por considerá-lo “um método que abrange tudo – tratando da lógica de planejamento, das técnicas de coleta de dados e das abordagens específicas à análise dos mesmos” (p. 33).

Para Stake (1995, p. 134), a escolha dessa estratégia não é metodológica, o que se escolhe estudar é o caso – sejam quais forem os procedimentos de pesquisa realizados: “podemos estudá-lo analiticamente ou holisticamente, através de repetidas mensurações ou hermeneuticamente, orgânica ou culturalmente, e através de métodos múltiplos – mas nos concentramos sempre no caso”. O autor identifica, ainda, três tipos de estudos de caso: intrínseco – busca o melhor entendimento de um caso particular; instrumental – um caso particular é examinado principalmente em busca de informações sobre o tema, o caso é de interesse secundário e tem um papel de suporte; coletivo – é um estudo instrumental ampliado para múltiplos casos. A estratégia adotada foi a de caso intrínseco e, ainda que não centralmente, instrumental, uma vez que o caso pode iluminar processos semelhantes e ampliar a compreensão sobre o tema. Pucci (2010, p. 20) afirma que o caráter singular da fronteira Brasil-Uruguai, ao mesmo tempo em que dispensa a comparação com “fórmulas exógenas” de processos de integração, também contribui para a compreensão de processos semelhantes com países vizinhos, particularmente no contexto do Mercosul. Para ele, a unicidade dessa região fronteiriça “não decorre apenas de sua configuração geográfica, embora sua característica de fronteira seca sem dúvida favoreça a fluidez das interações

no plano local”. Sua singularidade reside na construção secular de relações que se expressam tanto “na historiografia oficial do Prata como na história subjacente dos laços sociais, econômicos e culturais [...]”, uma vez que a região constitui “a mais porosa e interativa do perímetro terrestre brasileiro [...]” (PUCCI, 2010, p. 20-21).

As informações foram obtidas por intermédio das seguintes fontes primárias e secundárias:

- a) entrevistas semiestruturadas em profundidade com informantes-chave, como lideranças locais dos assentamentos, presidentes das respectivas Associações Comerciais; secretários municipais; integrantes de ONGs, pesquisadores e estudiosos da região. Segundo Yin (2005, p. 117), “informantes-chave são sempre fundamentais para o sucesso de um estudo de caso. Essas pessoas não apenas fornecem ao pesquisador do estudo percepções e interpretações sobre um assunto, como também podem sugerir fontes [...]”.
- b) observação direta em vivências cotidianas por imersão na região, uma vez que os fenômenos de interesse na pesquisa não eram puramente de caráter histórico, mas se apresentavam em condições ambientais relevantes, por exemplo, na 1ª Feira Agroindustrial da Fronteira da Paz e na visita dos presidentes Lula e Mujica às cidades. As vivências cotidianas possibilitaram a interação espontânea e informal com variados atores e situações propícias para ampliar o entendimento sobre a lógica regional transfronteiriça. As observações e os momentos de vivência nos propiciaram registros fotográficos e de vídeo, para a apreensão de evidências do caso em estudo, particularmente aquelas originadas em momentos com grande aglomeração de pessoas, como os eventos anteriormente citados e ricos em acontecimentos simbolicamente relevantes.
- c) pesquisa em jornais, como A Plateia, publicação local diária que inclui um encarte em espanhol e que se orgulha por ser “o único diário bilíngue do Brasil” (A PLATEIA, 2015) e Zero Hora, jornal de maior circulação na

Região Sul do Brasil; documentos oficiais, entre eles o conjunto de atos assinados pelos presidentes Lula e Mujica, em 2010; arquivos históricos, como os reunidos na Biblioteca Pública de Sant’Ana; bases de dados, estudos prévios de órgãos públicos e instituições acadêmicas, como as da Fundação de Estudos Estatísticos do Rio Grande do Sul, a Emater e a Unipampa, por exemplo. Quando pertinente, as respectivas autorias foram referenciadas ao longo do texto.

Como alerta Yin (2005, p. 121), “para aumentar a confiabilidade das evidências observacionais” é importante “ter mais do um observador fazendo a observação – tanto de caráter formal quanto informal”. Em todas as ocasiões em que estivemos na região (quatro diferentes visitas, com permanência de quatro a dez dias em cada uma), o fizemos em grupos de, no mínimo, quatro pessoas. É de Yin (2005) também a recomendação para registros fotográficos como meio de transcrição para as observações e vivências, que realizamos para melhor apreensão da realidade estudada. O diário de campo foi nosso principal instrumento de registro, produzido individualmente mas compartilhado com todos os envolvidos na pesquisa. Realizamos, assim, a triangulação de dados e de pesquisadores (PATTON, 1990), haja vista a diversidade de fontes de dados e do número de pesquisadores envolvidos nas idas a campo. Para Yin (2005, p. 126, grifos do autor), a vantagem mais significativa do uso de fontes múltiplas de dados é

o desenvolvimento de *linhas convergentes de investigação* [...]. Assim, qualquer descoberta ou conclusão em um estudo de caso provavelmente será muito mais convincente e acurada se baseada em várias fontes distintas de informação, obedecendo a um estilo corroborativo de pesquisa.

A coleta de dados primários compreendeu o período entre 2009 e 2011; a de dados secundários alcançou até 2014, em razão de interesses de pesquisa em torno da noção de desenvolvimento, como já referimos.

Foram seguidas as sugestões de Deslandes (1997) para a organização e análise dos dados em duas etapas. A primeira é a caracterização detalhada que emerge do conjunto de dados, descritos pormenorizadamente; a segunda é a compreensão das relações que alicerçam e constituem o objeto de estudo. Desse modo, adotamos duas estratégias analíticas próprias a estudos de caso, como indicado por Yin (2005): desenvolvemos uma estrutura descritiva para organizar o caso e nos baseamos em proposições teóricas que tanto nos levaram ao estudo de caso como constituíram o arcabouço teórico deste artigo.

É importante mencionar, também, que seguimos a orientação de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2007), que sublinham a relevância da teoria na construção de objetos de análise. Segundo estes autores, esse processo deve ocorrer “em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada”. Assim, o referencial teórico aqui adotado, mais do que oferecer categorias para operacionalizar a análise de dados específicos, indica uma problemática teórica que orientou a questão de investigação.

Para alguns, um artigo sobre duas cidades tão distantes dos grandes centros pode parecer pouco relevante. É preciso, portanto, justificar sua produção.

Em nosso Grupo de Pesquisa temos problematizado, em vários estudos, o tema do desenvolvimento, partindo de reflexões críticas sobre as bases filosóficas sobre as quais se construiu a crença no progresso e o quase dogma do desenvolvimento como ordem natural das coisas e como referência fundamental para mudanças. Tendo realizado esta problematização, emergiu a necessidade de explorar abordagens que não limitem a percepção e a análise dos objetos a esquemas predefinidos disseminados no senso comum. Para tanto, neste artigo, exploramos as proposições teóricas de David Harvey, apresentadas mais adiante, com o intuito de contribuir para a ampliação e aprofundamento do marco teórico-conceitual para o tratamento de processos sociais espacialmente localizados. A escolha de Sant’Ana do Livramento/

Rivera como campo empírico deveu-se a um importante conjunto de características peculiares, algumas já mencionadas e outras que serão apresentadas na sequência. A escolha dessas cidades também se deveu à sua inserção em uma região julgada atrasada e deprimida pelo senso comum que segue o dogma do desenvolvimento. Em outros estudos realizados em nosso Grupo de Pesquisa na Campanha Gaúcha, na qual elas se localizam, constatamos que as afirmações sobre depressão e falta de alternativas, como se encontra em Ilha, Alves e Saravia ([2007?]), por exemplo, devem-se à adoção de um discurso que toma como referência um modelo de áreas do Estado marcadas pela presença de setores industriais ou agroindustriais modernos, com alta incorporação de tecnologia e inseridos no mercado exportador. Ao fazê-lo, ignoram ou decretam como irrelevantes as características sociais e econômicas que lhes são próprias. Para problematizar essa concepção e a imposição a todas as regiões de um único modelo faz-se necessário, para além da teoria, a compreensão dos processos concretos de organização da vida e da produção, como fizemos no presente estudo.

No próximo item é apresentado o contexto de Sant'Ana/Rivera, seguido de uma sucinta apresentação do referencial teórico adotado, a apresentação e análise de informações obtidas e as considerações finais.

## **Características socioeconômicas de Sant'Ana do Livramento e Rivera: a *Frenteira da Paz***

O município de Sant'Ana do Livramento é predominantemente urbano, apresentando uma população total de 82.464, dos quais 74.410 na área urbana e 8.054 na área rural, segundo o último censo do IBGE, realizado em 2010. Para 2013 a estimativa populacional alcançava 83.702 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal registrado em 2010 foi de 0,727. O Produto Interno Bruto (PIB), em 2011, era de R\$ 1.046.648,00, com destaque para o setor de serviços, cujo valor adicionado bruto foi de R\$ 684.895,00. O PIB per capita, no mesmo ano, foi de R\$ 12.791,93 (INS-

TITUTO..., 2014). No Estado do Rio Grande do Sul, a estimativa do PIB per capita para 2012 era de R\$ 27.514,00 e a média nacional prevista era de R\$ 19.766,00, segundo dados do IBGE e da FEE, sistematizados pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (Seplag), no Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, [2012?]). Apesar de estar localizada na Campanha Gaúcha, região marcada pela produção agropecuária extensiva em latifúndios, Sant’Ana teve um processo de industrialização precoce. No início do século 20, em 1909, contava com a primeira engarrafadora de bebidas (cerveja e refrigerante) do país – a Fábrica Gazapina; em 1917, com o maior frigorífico da América Latina – o Frigorífico Armour. O fechamento dessas duas indústrias – a primeira na década de 60 e a segunda na década de 90 – marcou fortemente a cultura local. A expressão *cidade do já teve* é repetida à exaustão por santanenses de todas as gerações, indicando a vigência plena do mito do progresso via industrialização. Como consequência, predomina uma cultura de autodesvalorização e a constante expectativa com a chegada de grandes e modernos empreendimentos.

Na década de 70 foi iniciado o plantio de arroz, trigo e uva. Nas décadas seguintes a cadeia produtiva local sofreu profundas alterações: “a década de 90 foi caracterizada pela reestruturação produtiva regional em função dos ajustes impostos pelo mercado, com uma competitividade nunca antes presenciada no contexto da economia regional, sendo inevitável a redução de cultivos, como do arroz e da soja e dos rebanhos bovinos e ovinos” (CHELOTTI; PESSÔA, 2007, p. 59). No decorrer dessa mesma década a luta pela terra acirrou-se no Estado, particularmente na Campanha Gaúcha, tendo o governador Olívio Dutra (1999-2002) oficializado a região como prioritária para a reforma agrária. A expectativa da política de reforma agrária proposta pelo governo estadual, na época, era de potencializar a agricultura familiar em áreas típicas de pecuária de corte extensiva. No governo Germano Rigotto, iniciado em 2003, houve uma reorientação e incentivada a monocultura de árvores (CHELOTTI; PESSÔA, 2007). Conforme registros da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o intenso movimento de turistas

não gera impacto no volume de vendas do comércio santanense que, em sua maioria, orientam-se para o consumo nas lojas *duty free* localizadas em Rivera. Já o segmento de serviços é beneficiado pelo grande fluxo de turistas: hotelaria, gastronomia, postos de combustíveis, transportes, oficinas mecânicas e borracharias. Outro segmento que igualmente tem apresentado crescimento é o comércio informal próximo aos locais de circulação dos turistas (A PLATEIA ONLINE, 2007).

De acordo com o Censo de 2011, o Departamento de Rivera tem 103.493 habitantes, 39.859 habitações, das quais 35.778 na área urbana (URUGUAY, 2012). A cidade de Rivera, capital do Departamento, conta com uma população total de aproximadamente 77.000 pessoas, concentrando 73% do Departamento (RODRÍGUEZ MIRANDA, 2012). No ordenamento dos 19 Departamentos uruguaios, de acordo com o IDH, Rivera ficou em último lugar em 1991 e 1999, tendo passado para o penúltimo em 2002. O PIB departamental foi de US\$ 358.562,00 em 2006: 35,4% de atividades primárias, 11,3% secundárias e 60,1% terciárias. A renda média doméstica per capita foi de 3.839,00 pesos uruguaios em 2006. A taxa de desemprego em 2007 foi de 10,1% (a do país no mesmo ano foi de 9,1%). Em 2005, a taxa de pobreza foi de 30,8% e a de indigência de 0,8%; a do país foi 29,2% e 3,5% respectivamente. A esperança de vida ao nascer, em 2006, foi de 75,54 anos. A mortalidade infantil foi 15,8% em 2003 e 12,4% em 2007; a do país foi 15% e 11,9%, respectivamente (UNIVERSIDAD..., 2008). O Diagnóstico Econômico Local de Rivera (BARRENECHEA; RODRÍGUEZ; TRONCOSO, 2008) situava o Departamento no grupo daqueles com menor indicador de efeito conjunto, considerados os fatores de inovação, organização da produção, economias de aglomeração urbana e instituições. Dados do censo de 2011 indicam ainda que o Departamento situa-se entre os três de maior índice de necessidades básicas insatisfeitas (NBI) (45%); o menor

NBI do país é de 27%, no Departamento de Montevideo (CALVO, 2013).<sup>5</sup> A economia de Rivera também teve seu início com a criação de gado. Como Sant’Ana, também teve indústrias – trituradora e pasteurizadora – instaladas na primeira metade do século 20. Em 1936 foi declarada *Ciudad de Turismo*, possivelmente pela existência de teatro, estádio de futebol e parques, além da facilidade de deslocamento pela via férrea que chegava de Montevideú até ali. Em 1942 foi inaugurado o Hotel Casino, atraindo novos turistas. Em 1986, mediante Decreto Presidencial, foram exonerados os bens e mercadorias importados e comercializados na cidade (BETANCOUR et al., 1989). O *free shop* transformou Rivera em um dos mais importantes polos do turismo de compras, atraindo brasileiros de todos os Estados. O Departamento no qual a cidade se localiza apresenta vastas áreas de monocultura de eucalipto, além de mineradoras e vitivinicultura (RIVERA, 2008). Essas descrições permitem, ao leitor, aproximar-se do cenário no qual este estudo se desenvolveu, no entanto, sem que mencionemos um dos traços mais marcantes desse cenário – a convivência transfronteiriça que a define como *Fronteira da Paz* – essa aproximação ficaria incompleta.

*Fronteira da Paz* é uma metáfora utilizada para expressar as harmônicas relações entre os habitantes das duas cidades. Martins (2005) lembra que os laços entre brasileiros, uruguaios e argentinos fronteiriços vêm de mais de dois séculos, quando a necessidade de sobrevivência forçava a integração entre portugueses e espanhóis e seus descendentes. Mesmo com inevitáveis percalços, esses laços subsistem e amadurecem, estabelecem-se intercâmbios que vão do comércio às relações familiares, da culinária à linguagem, parecendo perdurar mais devido ao convívio natural do que pela consciência de ser essa uma condição propícia para a região.

---

<sup>5</sup> As dimensões que compõem o NBI são: moradia digna, abastecimento de água potável, serviço sanitário, energia elétrica, educação e bens básicos de conforto. Os índices referem-se à parcela da população com ao menos uma NBI (CALVO, 2013).

Uma sucinta recuperação da História ajuda a compreender os laços intensos entre os habitantes dessas cidades. Livramento despontou como um vilarejo a partir do que restou de um acampamento militar, em 1823; Rivera surgiu 40 anos depois. Naquele tempo a região sofreu com guerras e revoluções sangrentas, envolvendo portugueses e espanhóis em luta por poder e terras. Seria de se esperar, então, que houvesse disputas constantes decorrentes de fortes identidades nacionais. Quando Rivera foi fundada, no entanto, os vizinhos santanenses fizeram uma petição ao governo uruguaio para que a planta da nova cidade fosse contígua à Sant’Ana, como a selar as boas relações entre ambas (ALBORNOZ, 2000).

A “linha de fronteira”, tantas vezes modificada, criou nos habitantes da região a indiferença por ela e pelos poderes nacionais que a estabeleceram. A distância – 500 km. – de Porto Alegre e Montevidéu, bem como a indiferença desses centros de decisão, aproximou a população das duas cidades. O intercâmbio comercial, a acolhida dos perseguidos, o apoio aos perdedores nas lutas políticas eram aceitos como naturais, mesmo que os centros de poder chamassem essas práticas de contrabando ou acoitamento de criminosos (p. 23).

Betancour (2008, p. 18) registra que nessa fronteira a realidade espacial de contato e integração gerou um espaço fronteiriço singular, com códigos comuns que lhe dão sentido, um

espaço de inter-relações de profundidade histórica, de cotidianos que constroem o presente e respondem a uma história que escapa às limitações politicamente impostas, em direção a construções próprias. As práticas cotidianas rompem as abstrações conceituais do Estado, da Nação, da cultura nacional, para fazer ressurgir os sujeitos, seus hábitos e vida diária.

Esse cotidiano, porém, não está isento de tensões na relação com o “outro”, sem que isso, usualmente, gere enfrentamentos que dificultem a fluidez de relacionamentos e trocas. A constituição de famílias binacionais permeia todas as classes sociais, introduzindo uma dupla cidadania que

se estende para além da posse de documentos, na participação político-partidária, no uso de espaços comuns, em atividades sociais e culturais. Nesta convivência é produzida uma identidade própria, de fronteiroço (BETANCOR, 2008).

## **Diferenciação e Coerência Estruturada em Espaços Regionais**

Encontramos em David Harvey (2005) a concepção segundo a qual os espaços regionais são definidos por processos nos quais produção e consumo, oferta e procura (de mercadoria e força de trabalho), produção e realização, conflitos de classe e acumulação, cultura e estilos de vida, permanecem unidos em um tipo de coerência estruturada resultante do conjunto de relações de forças produtivas e sociais. O conceito de coerência estruturada possibilita compreender a existência de certas harmonizações, ainda que parciais, de disputas localizadas e interesses de classe. Também existem, no entanto, processos que solapam essa coerência. Ou seja, Harvey (2005) remete à reflexão sobre como se transformam, se redefinem e persistem coerências apesar da constante pressão pela diferenciação. Assim, a noção de coerência regional não implica qualquer suposição de consenso ou de ausência de conflitos. Pelo contrário, a coerência é o que é produzido também em decorrência de relações de conflito e contradição.

Na interpretação de Aydalot (1988), a noção de coerência estruturada sugere que, no mundo capitalista, podem emergir lugares que encontram algum tipo de nicho em uma produção geográfica altamente inconstante e desigual. A coerência decorre de um estar juntos que envolve empresários e trabalhadores em um tipo de economia regional na qual uns lucram e outros recebem seus salários em uma convivência quase harmônica. Quase, porque qualquer tendência do capitalismo em um lugar específico que resulte em um tipo de coerência estruturada será constantemente solapada, seja por empresas e/ou governos de outros lugares em competição, seja

pelas empresas do local em busca de outros espaços mais lucrativos, seja ainda por desafios postos por setores subalternos. Por definição, qualquer tendência que emerge tem vida breve. Por isso, podem emergir coalizões entre empresários e trabalhadores para defender seu nicho em uma dinâmica de competição acirrada entre capitais. Nesse sentido, podem colocar suas diferenças de lado e entoar juntos a canção do desenvolvimento.

Os sistemas territoriais, definidos conceitualmente como coerência regional estruturada, produzem e são produzidos por “alianças regionais de classe, vinculadas vagamente em um território e organizadas habitualmente (ainda que não exclusiva ou unicamente) pelo Estado”. Essas alianças são “uma resposta necessária e inevitável à necessidade de defender os valores já materializados e a coerência regional estruturada já alcançada” (HARVEY, 2005, p. 151).

Para compreender melhor o conceito de coerência estruturada é necessário, mesmo que de forma resumida, apresentar os conceitos que lhe deram origem e são seus pressupostos teóricos. Esta noção, em perspectiva histórica e analítica, pressupõe as ideias de espaço como produção social, a partir de Henri Lefebvre (2008); o conceito de imperialismo, formulado por diversos teóricos no início do século 20 e a crítica à economia política elaborada por Karl Marx em *O Capital*. Bello (2012, p. 23) identifica nesse conceito uma “ampliação dos postulados de Marx para incluir a dimensão especificamente espacial dos processos de acumulação em particular”.

Marx (2006) percebeu que, por uma série de fatores que não poderão ser aqui explorados, o aumento da produtividade do trabalho tende a diminuir a taxa de lucros, lei que denominou queda tendencial da taxa de lucros. As soluções para esse problema, do ponto de vista do capitalista, foram encontradas, na época (século 19), por intermédio do comércio exterior, que tornou mais baratos alguns componentes do capital (matéria-prima, subsistência do trabalhador, etc.). Isto levou a um aumento da taxa de lucros mediante o aumento da taxa de mais-valia, decorrente do barateamento dos salários e do barateamento da matéria-prima. Rosa Luxemburgo (1951, p.

363) percebeu que, para garantir esse processo, o capital “deve ser capaz de mobilizar a força de trabalho mundial, sem restrições para utilizar toda a força produtiva do globo”. A apropriação das formulações de Luxemburgo, e também de Lenin, permite que Harvey (2005) explore em sua obra como o sistema utiliza as dinâmicas espaciais para superar suas crises e realizar excedentes por fora da circulação. Esses processos podem ser efetivos no curto prazo, mas continuam submetidos às contradições do próprio sistema. Sendo assim, o século 20 foi marcado pela expansão do sistema do capital a todos os cantos do planeta em processos contraditórios e conflituosos, que incluíram guerras e partilhas de territórios. Nesse início do século 21, o sistema do capital continua com a permanente necessidade de absorver capitais excedentes e, portanto, de encontrar ou produzir novos espaços de acumulação.

Mediante a intermediação da ideia de espaço social como produção social, conectando-o à reprodução das relações sociais de produção (LEFE-BVRE, 2008, p. 48), Harvey (2004a, p. 113) atualiza o pensamento sobre o sistema do capital para o momento em que, tendo exaurido as possibilidades de expansão geográfica,

[...] sobrevive não apenas por meio de uma série de ordenações espaço-temporais que absorvem os excedentes de capital de maneiras produtivas e construtivas, mas também por meio da desvalorização e da destruição administradas como remédio corretivo daquilo que é em geral descrito como o descontrole fiscal dos países que contraem empréstimos.

A ideia de ordenação espaçotemporal inclui investimentos de longo prazo em infraestrutura física e social (em redes de transporte e comunicação, educação e pesquisa, por exemplo). Ela é a forma pela qual o capital encontra espaços de alocação, seja de forma produtiva ou destrutiva. Assim, o sistema do capital recria e redefine espaços geográficos preexistentes. Essas redefinições, no entanto, não resultam apenas da fixação do capital,

mas de processos contraditórios que envolvem todas as dimensões da rede socioecológica da vida. A produção capitalista do espaço assume, assim, formas diversas em função de peculiaridades preexistentes.

A produção do espaço, a criação de complexos de recursos novos e mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital, bem como a penetração de formações sociais preexistentes por relações sociais e arranjos organizacionais capitalistas (como regras de contrato e formas de gerenciamento da propriedade privada) proporcionam importantes maneiras de absorção de excedentes de capital e trabalho (HARVEY, 2004a). Em outras palavras, a atividade capitalista precisa estar enraizada em algum lugar, em uma dinâmica de fluxos e fixos. Processos físicos, ecológicos e sociais são apropriados, usados e reformados (tensões pela diferenciação) para permitir a acumulação de capital e, reciprocamente, esta se articula com as condições materiais e sociais que encontra (coerência regional estruturada) (HARVEY, 2006).

Bello (2012), que estudou a forma como se modificaram os espaços rurais sob algumas das condições da História colombiana, considera que o conceito de coerência estruturada é adequado para compreender os fluxos de capital de um modo mais geral, explicitando a dialética homogeneização-diferenciação no contexto do capitalismo global. Mais que isso, a autora defende que o conceito também é útil para ser aplicado em outros contextos:

[...] o conceito pode ser usado em níveis menores ou maiores que o do Estado-nação. Ainda que seja claro que as estruturas são, com frequência, definidas pela utilização de arranjos formalizados através do Estado, isto não quer dizer que coincidam com esse nível. Por exemplo, uma cidade constitui claramente uma estrutura coerente no sentido de Harvey, e a mesma faz uso do Estado para formalizar acordos que mantêm a coesão, assim como para construir a infraestrutura física e social que favorece as economias de aglomeração. [...] as coerências estruturadas podem servir

para investigar a constituição de espaços diversos e a forma em que a acumulação de capital e a mudança técnica pressionam sua desintegração ou transformação.

Como se verá no decorrer deste artigo, compartilhamos esse entendimento sobre a relevância do conceito e acrescentamos que o caráter contraditório inerente à fronteira – integração/separação, combinações/disputas – é outro fator que esse referencial teórico permite considerar. A coerência regional, definida como a condição de “economias regionais que alcançam certo grau de coerência estruturada em termos de produção, distribuição, troca e consumo” abrange, também, atitudes, valores culturais, crenças e afiliações religiosas e políticas (HARVEY, 2004a). Nesse sentido, a fronteira é uma região com suas contradições próprias, que incluem também aquelas relacionadas à separação entre Estados-nação.

Cabe ainda acrescentar que o caso estudado contém uma dificuldade analítica significativa: a necessidade de considerar a região de fronteira não em termos de suas divisões jurídicas e das regulamentações delas provenientes, pois Sant’Ana do Livramento/Rivera conformam, nessa pesquisa, um único campo empírico. Também nesse ponto a noção de coerência regional estruturada foi importante, permitindo tomar os processos de ordenamento jurídico e político como parte constituinte do fenômeno em estudo, dado que Harvey (2004a) articula os conceitos de lógica capitalista – relacionada aos processos moleculares de acumulação – e de lógica territorial – relacionada aos processos de ordenamento político. Essas duas lógicas – capitalista e territorial –entrelaçam-se em processos que resultam em coerências regionais com configurações próprias. Além disso, para Harvey (2004a, p. 92), o Estado não assume um papel de agente passivo com relação aos processos moleculares de acumulação de determinada região. Ele pode, inclusive, “usar seus poderes para orquestrar a diferenciação e a dinâmica regionais não só por meio de seu domínio dos investimentos infraestruturais [...], mas também mediante sua própria imposição de leis de planejamento e aparatos administrativos”.

Ou seja, entendemos que esse referencial permite compreender as características peculiares dessa região considerando sua condição transfronteiriça em articulação com as reflexões sobre o momento atual do capitalismo.

## **Novos Ventos na Fronteira: da cidade do já teve à cidade das potencialidades**

Em uma primeira etapa de trabalho de campo, realizada em 2009, identificamos iniciativas que foram agrupadas em dois conjuntos de projetos: aqueles impulsionados pelos grupos econômicos e políticos dominantes e suas organizações voltadas para a reprodução (Quadro 1); e aqueles articulados por organizações que concebiam processos sociais transformadores, se considerados a partir da história local (Quadro 2).

Quadro 1 – Projetos que reproduzem a lógica dominante

<b>Sant'Ana do Livramento</b>	<b>Rivera</b>
Criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) – espaço fechado, administrado pública ou privadamente, com isenção de impostos para as empresas que nela se instalam.	Criação de um Porto Seco Livre, um avanço do Porto de Montevidéu para o embarque de grãos (do Brasil) e madeira com menor custo operacional.
Criação de uma área de livre-comércio ( <i>freeshop</i> ).	Expansão do turismo de compras baseado no livre-comércio, criando infraestrutura para maior permanência (incluindo hotel quatro estrelas com novo cassino).
Constituição do Polo de Desenvolvimento Integrado da Fronteira Oeste (Projeto do senador Sérgio Zambiasi que tramita no Congresso Nacional e visa a articular e harmonizar ações da União, do Estado e dos municípios situados na região).	Constituição de um polo de construção de móveis a partir de madeira de florestamento.

Flexibilização de normas e critérios que hoje limitam atividades de estrangeiros na faixa de fronteira do Brasil.	Exploração da vantagem competitiva da fronteira seca com o Brasil, dos baixos salários, da baixa conflitividade e da língua (todos são bilíngues).
---	--

Fonte: Fontes de dados da pesquisa.

Os projetos sugeriam visões estanques em ambas as cidades, ou seja, cada grupo procurava construir possibilidades para seus respectivos espaços de atuação em um processo que, algumas vezes, tinha evidente tom de disputa – como no caso da uma área de livre-comércio em Sant’Ana. Em comum, porém, tinham uma forma de conceber o futuro a partir do que já está estabelecido e de uma lógica que favorece a circulação livre de capitais não locais. Além disso, os empreendimentos previstos envolviam investimentos de grande porte que seriam captados fora da região. A lógica predominante era a da isenção de taxas e impostos, seja na ZPE, seja nas áreas de livre-comércio. Com isso, os investimentos tenderiam a aumentar a exploração de recursos naturais e da mão de obra local, com pouco ou nenhum retorno para a sociedade local.

Em outro sentido, várias organizações locais, apresentadas no Quadro 2, vinham se articulando em torno a projetos cuja característica comum sugeria o rompimento com a lógica predominante.

Quadro 2 – Projetos que tencionam a lógica dominante

Organização	Projeto(s)
Comitê de Fronteira (Transfronteiriço)	Primeiro Comitê de Fronteira do Brasil organiza-se, desde 2002, para encaminhar a solução de problemas comuns relacionados aos seguintes temas: saúde, meio ambiente e saneamento, cooperação policial e judicial, desenvolvimento integrado.

Cooperativa de Técnicos para Assistência aos Pequenos Produtores (Rivera)	Apoio aos pequenos produtores em um contexto marcado pela expansão do monocultivo de eucaliptos, concentração e aumento do preço da terra, queda do preço dos produtos primários e elevado impacto ambiental. Visa a articular forças em torno da promoção de atividades adequadas às condições naturais e culturais da região.
Coopforte (Sant'Ana)	Associação de 350 famílias de produtores de leite: promove a qualificação técnica da produção, suporte para distribuição e colocação do produto no mercado.
Cooptec (Sant'Ana)	Presta assessoria técnica, social e ambiental nos assentamentos de reforma agrária do Incra.
ONG Coordenadoria Municipal do Tradicionalismo (Sant'Ana)	Congrega, une e traz para os espaços de convivência aqueles que não têm acesso a atividades culturais tradicionalistas, contribuindo para a inclusão social. Aprofunda os laços que unem brasileiros e uruguaios na tradição cultural do pampa.
ONG Amigos da História (Sant'Ana)	Desenvolve atividades na rede de escolas, na Casa de Cultura Davi Canabarro e durante a Semana Farroupilha para refletir sobre a história da região. Visa a recuperar os fatos históricos em relação com seu contexto, valorizar a tradição local e desmistificar a cultura do "lugar do já teve".
Programa de Extensão do Centro Universitário Universidad de la República (Rivera)	Visa criar as bases para a autogestão de pequenos grupos de produtores de modo a viabilizar seus empreendimentos e, simultaneamente, garantir a exploração responsável da natureza.
Universidade Federal do Pampa (Sant'Ana)	Apoio ao desenvolvimento da cadeia do leite produzido pelos pequenos produtores rurais.

Fonte: Fontes de dados da pesquisa.

Naquele momento consideramos que o campo de pesquisa mostrava-se aberto a investigações de processos e tendências que permitiriam desvelar e compreender, num estudo aprofundado, as estratégias, as contradições e

as dinâmicas sociais e econômicas que indicavam a existência de processos de diferenciação e de tensões que poderiam levar a uma redefinição da coerência regional.

Em 2010 retornamos para mais um período de imersão no campo. Constatamos a existência de novos projetos e a prevalência de iniciativas dominadas pela lógica da racionalidade econômica, inclusive reconfigurando as características dos projetos que havíamos incluído, um ano antes, no Quadro 2. Nessa nova configuração, a palavra presente nos vários contatos foi *potencialidade* quando, no ano anterior, tinha sido o saudosismo do *já teve*.

Nosso trabalho de campo foi simultâneo à visita dos presidentes Lula e Mujica, culminando com sua visita ao Parque Internacional, *maior cartão postal da Fronteira da Paz*, e com uma reunião reservada para a assinatura de convênios binacionais. Além disto, estava em grande evidência o projeto de instalação da Usina Eólica Cerro Chato.

Com um investimento de R\$ 400 milhões, a Eletrosul e a empresa alemã Wobben esperavam fornecer 90 MW ao sistema nacional de energia a partir de julho de 2012. Ambas as empresas constituíram uma sociedade (partilhada em 90% e 10%, respectivamente) com o fim de “explorar a outorga de autorização do serviço público de geração de energia elétrica mediante construção, operação, manutenção e demais instalações” associadas a empreendimentos de produção de energia eólica, situados “na divisa entre os municípios de Sant’Ana do Livramento e Rivera” (CENTRAIS..., 2011a).

A expectativa de ampliação da oferta de emprego mostrava-se favorável, particularmente para a fase de preparação da infraestrutura com a contratação de mão de obra local para serviços de solda, abertura de estradas, construções, etc.

Em abril de 2011 os primeiros aerogeradores começaram a ser transportados para o local. Sob o título *A nova fronteira do vento*, o principal jornal do Estado estampou, em primeira página, a fotografia do primeiro aerogerador instalado (ZERO HORA, 2011). Desde junho de 2011 parte dos geradores

está em funcionamento e, apesar de alguns conflitos com ambientalistas, o projeto de exploração de energia eólica na região vem se ampliando. No final de 2011 a Eletrosul oficializou o início das obras para a construção de outro empreendimento: o Complexo Eólico Livramento, contíguo ao Cerro Chato. Esse novo Complexo tem um consórcio construtor formado pelas empresas Impsa (fabricante argentino de aerogeradores), Efacec (grupo português especializado em equipamentos eletromecânicos) e Iccila (empreiteira de construção civil da região) (CENTRAIS..., 2011b).

A instalação de cinco novos parques eólicos que constituirão o Complexo Eólico Livramento exigirá ampliação das obras de infraestrutura, com a abertura das vias de acesso ao canteiro de obras, seguidos de escavações para as fundações, construção das bases dos novos aerogeradores e posterior montagem das torres. Saudados por alguns como uma das grandes oportunidades para a retomada do dinamismo econômico da região, esses empreendimentos são considerados, por outros, como *a nova ilusão*, entre outras razões, pelas evidências de que os empregos criados, com exceção da etapa de implantação da infraestrutura, exigem qualificação não disponível localmente e a percepção de que muito pouco da rentabilidade do negócio se manterá na região.

Vale lembrar que esses projetos estão se instalando em uma região tradicionalmente marcada pelo latifúndio e declarada, desde o final dos anos 90 do século 20, como área prioritária para a reforma agrária. Políticas públicas da época buscaram viabilizar a agricultura familiar e a produção nos assentamentos, gerando uma nova dinâmica econômica e social. A ampliação dessa dinâmica será solapada porque os conjuntos geradores de energia estão sendo instalados em propriedades privadas, mediante contratos. É clara a incisão de novos arranjos organizacionais que, além de assegurarem a propriedade num contexto de disputas fundiárias, mantém o exército de reserva, uma vez que a produção de energia eólica não absorve mão de obra local. Ademais, esse novo negócio transforma áreas improdutivas passíveis de serem ocupadas para fins de reforma agrária em áreas de produção de energia

limpa. Sem margem à dúvida, é um trunfo expressivo para aqueles que se opõem à reforma agrária e que podem usar a retórica do desenvolvimento sustentável, aliada à retórica da modernização tão valorizada na região, para reforçar a configuração tradicional de apropriação desigual da renda da terra em um cenário de ampliação dos espaços de acumulação capitalista.

A ordenação espaçotemporal, como Harvey (2004b) define, implica exatamente nisso: investimentos vultosos em infraestrutura física e social que levarão anos para serem recolocados em circulação mas que garantem, agora, o necessário espaço de absorção do capital transnacional excedente, nesse caso em uma aliança com atores locais, que reproduz a coerência regional tradicional.

Como destaca Harvey (2005), a noção de coerência regional estruturada compreende as pressões pela diferenciação. Assim, retomamos o contato com as organizações referidas no Quadro 2, iniciando por entrevistar o coordenador da Cooperforte, associação que já congregava cerca de 720 sócios (aproximadamente o dobro do ano anterior). A criação de novas rotas para a coleta de leite e a garantia da participação no fornecimento para a merenda escolar, entre outros, contribuíram para o crescimento da produção leiteira nos assentamentos. Em 2010 a Cooperforte adquiriu as instalações do antigo Abatedouro Sant’Ana do Livramento para transformá-lo em uma indústria de leite. A comercialização dos produtos é direcionada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Confirmando a análise de Chelotti e Pessôa (2005, p. 64), em decorrência das atividades articuladas pela Cooperforte, os assentados da região, antes vistos como ameaça de distúrbios e abigeato, firmaram-se politicamente como “interlocutores de peso no plano local/regional”. Essa condição pode ser observada em uma nova constatação, a importância conferida por muitos atores locais à formação do Arranjo Produtivo Local (APL) do Leite.

Constatamos, também, a nova relevância da Emater-RS, órgão de planejamento e execução da política estadual de extensão rural que se afirma como um dos principais fomentadores do “desenvolvimento socioeconômico e cultural do Rio Grande do Sul” e portador de “novos valores e conceitos modernos exigidos pelo agronegócio” (ASSOCIAÇÃO..., 2009), na formação e desenvolvimento de diversas cooperativas de produção da região. Em visita ao escritório da Emater-RS em Sant’Ana, observamos o destaque dado à APL do Leite, iniciativa da Cooperforte e da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Livramento que, em 2008, procuraram a Universidade Federal do Pampa (Unipampa) em busca de apoio para a organização das demais entidades do setor leiteiro. Em 2009 foi realizado o 1º Seminário Rumos da Bacia Leiteira, no qual foi formalizado o APL composto pela Emater/RS, Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Unipampa, Associação dos Pequenos Produtores de Leite de Sant’Ana do Livramento, Banco do Brasil, Coptec, Cooperforte, Fepagro e Núcleo Santanense de Gado Leiteiro. Em 2010 o APL responsabilizou-se pela organização do 2º Seminário (ASSOCIAÇÃO..., 2010). Esses encontros continuaram ocorrendo, com o 5º Seminário ocorrendo em outubro de 2013 no Salão de Atos da Unipampa, visando a oportunizar “conhecimento em gestão da propriedade rural e técnicas de produção de leite”. Nessa Universidade ocorreu, ainda, a formalização do seu apoio por meio do Projeto de Extensão “Potencialização e desenvolvimento do APL do Leite em Sant’Ana do Livramento” (UNIVERSIDADE..., 2013).

Chamou a atenção que a missão definida para o APL do Leite (*Tornar competitivos todos os atores envolvidos*) segue as máximas do gerencialismo centrado na competição de todos contra todos quando, em nossos primeiros contatos na Cooperforte, havíamos encontrado a ênfase na solidariedade e na construção coletiva.

Na intensa aproximação entre a Cooperforte e a Emater-RS, a primeira assume o papel de fomentar iniciativas de cooperativismo apoiadas pela segunda. Isto pode ser observado no evento sobre intercooperação que as-

sistimos. Nele, o coordenador da Cooperforte foi um dos principais oradores, apresentando suas práticas e resultados a uma audiência de representantes de cooperativas e associações de produtores. Por essa e outras situações vivenciadas no local, percebemos a crescente integração dos assentados na dinâmica econômica e social da região, com a conseqüente fragilização da lógica de produção e organização inicialmente pretendida. Outro indício dessa integração foi o fato de que lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) foram protagonistas, juntamente com as autoridades locais, na cerimônia oficial em comemoração ao aniversário de Livramento e na reunião entre os presidentes do Brasil e do Uruguai.

Em Rivera, ainda em 2010, retomamos o contato com a Cooperativa de Técnicos para Assistência aos Pequenos Produtores. Em decorrência, participamos como ouvintes da Jornada de Trabajo: Proyectos de Extensión de la Universidad de La República cujo objetivo era propor ações para a Região Noroeste do Uruguai. Constatamos que as ações aventadas continham uma ênfase em projetos focados centralmente em crescimento econômico. O integrante da Cooperativa de Técnicos, que no ano anterior mostrara-se bastante envolvido com a articulação de forças para o enfrentamento da expansão do monocultivo de eucaliptos, participou apaticamente das discussões e foi pouco receptivo à retomada de temas que havíamos anteriormente. Mais uma vez, percebemos a reversão de iniciativas que poderiam tencionar a lógica dominante.

Também em Rivera realizou-se, entre os dias 27 e 30 de julho de 2010, a 1ª Feira Agroindustrial da Fronteira da Paz, promovida pelo Consulado do Brasil e apoiada pelas Associações Comercial e Industrial das duas cidades (Acir e Acir, respectivamente). Naquele evento foram apresentados os principais itens da produção primária local, bem como as atividades produtivas complementares. O objetivo foi realizar “uma grande mostra de produtos e potencialidades da Fronteira” (EKGARTE, 2010). Estandes montados no Club Uruguay disponibilizaram informações sobre os seguintes empreendimentos: a futura Cooperativa de Agronegócios da Campanha, voltada para

o processamento de carnes; a ONG Fronteira Ecológica; a Cofusa, empresa uruguaia de monocultura de árvores; o APL do Leite; a Montepaz, empresa uruguaia de processamento de madeira; a Usina Eólica Cerro Chato, além de produtores dos setores de ovinocultura, vitivinicultura e pedras preciosas.

Entre os presentes entrevistamos o coordenador da ONG Fronteira Ecológica, que informou promover áreas de preservação mediante o aluguel de terras para visitação e atividades de educação ambiental para escolas da região, além de manter uma sede na entrada da área de Preservação Ambiental de Ibirapuitã. A Fronteira Ecológica conta com fundos da União Europeia para a realização de suas atividades e está envolvida no esforço de criar um parque binacional. Importante citar que, sob o solo daquela região encontra-se parte significativa do cobiçado Aquífero Guarani, principal reserva subterrânea de água doce da América do Sul e um dos maiores sistemas aquíferos do mundo, ocupando uma área de 1,2 milhão de km<sup>2</sup> entre o Brasil, o Uruguai, a Argentina e o Paraguai.

Em complemento a essas constatações, apresentamos alguns t picos referentes aos acordos assinados pelos presidentes Lula e Mujica. A nota n. 483 do Ministério das Relações Exteriores (BRASIL, 2010) lista os seguintes acordos e memorandos assinados: Acordo sobre cooperação no âmbito da defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai; Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Transporte Fluvial e Lacustre na Hidrovia Uruguai-Brasil; Memorando de entendimento entre o Ministério da Pesca e Agricultura da República Federativa do Brasil e o Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca da República Oriental do Uruguai, e Memorando de entendimento para a Cooperação Científica, Tecnológica, Acad mica e de Inovação entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai.

Entre eles destacamos, por terem como base material o espaço fronteira o, o acordo referente ao transporte fluvial e lacustre internacional de carga e de passageiros, por meio da Hidrovia Uruguai-Brasil, que permitirá o “acesso livre e não-discriminatório de empresas mercantes brasileiras e

uruguaiaias aos mercados de ambos os países [...]” (BRASIL, 2010). A Hidrovia abrange a Lagoa Mirim e seus afluentes, o Canal de São Gonçalo e seus afluentes; os canais de acesso hidroviário ao Porto de Rio Grande; a Lagoa dos Patos e seus afluentes; o Rio Guaíba e seus afluentes e o setor uruguaio da Lagoa Mirim e seus afluentes. Ressaltamos também o acordo de cooperação no campo da pesca e aqüicultura para promover o bem-estar e a prosperidade de ambos os países. Novas linhas de transmissão elétrica, a integração das redes ferroviárias na fronteira e a construção de uma nova ponte sobre o Rio Jaguarão foram alvo de decisões dos dois presidentes, conforme amplamente divulgado pela imprensa regional naqueles dias.

Diante desse novo conjunto de informações precisamos refletir sobre como compreender as novas informações que obtivemos em sua relação com as do ano anterior. Antes disso, cabe observar o que nos moveu à realização desse estudo: o desconforto com a afirmação de que essa era uma região em que nada acontecia mostrou-se, de fato, um acerto. Em campo, constatamos uma intensa movimentação de grupos e indivíduos em torno de questões relevantes<sup>6</sup> para si mas tornadas (quase) invisíveis (inclusive para si próprias) ante a disseminação e sustentação do discurso da estagnação e da imprescindível solução externa e grandiosa para a solução dos problemas locais/regionais.

Em nossa primeira imersão, em julho de 2009, a expressão mais ouvida foi *a cidade do já teve*; no retorno, em julho de 2010, a expressão foi substituída pela palavra *potencialidade*, repetida por diferentes atores locais. Claro que o clima comemorativo e a presença dos presidentes na Fronteira da Paz poderia ter induzido essa alteração, no entanto, objetivamente, constatamos mudanças, novos atores e novas posições explicitamente orientadas para a

---

<sup>6</sup> No momento em que concluímos a redação deste artigo, circula a informação das “tensões” que marcam a expectativa de realização de casamento gay em um Centro de Tradições Gaúchas, em Sant’Ana do Livramento, uma das instituições centrais do tradicionalismo conservador da região (MARIANO, 2014).

lógica dos grandes empreendimentos, do crescimento e da modernização, ainda que legitimados e, mesmo, encobertos por uma retórica que enfatiza a dimensão ecológica e a sustentabilidade.

Ainda que tenhamos constatado a presença de novos atores e posições, não ignoramos que a região fronteiriça é, historicamente, espaço para a formalização de acordos entre Estados nacionais e que estes, via de regra, cumprem o papel de defender a coerência regional estruturada já obtida. Em outras palavras, os mecanismos institucionais de reprodução do capital não se prendem ao cotidiano, às particularidades, à cultura e ao estilo de vida dos habitantes. Saudados como avanços decorrentes da instalação de governos progressistas em ambos os países, o conjunto de acordos assinados sustentam-se e dão sequência a mecanismos formais de cooperação fronteiriça, inaugurados em 1963, com a criação da Comissão da Lagoa Mirim. Desde então foram criados, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, cerca de 15 Comitês de Fronteira, seis dos quais com o Uruguai. Segundo o Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça (2010, p. 64), “estes Comitês são, em geral, presididos pelos respectivos cônsules e seu propósito é servir de foro para que as autoridades e comunidades locais possam discutir os problemas comuns e buscar soluções”. Em geral, porém, as demandas ali reunidas não vinham alcançando receptividade nos respectivos governos centrais. Ou seja, permaneciam no contexto da proximidade, da convivência entre comunidades diferentes, integradas pelo cotidiano, mas afastadas dos chamados interesses nacionais. Entre os anos de 1998 e 2004 os Comitês perderam importância (GRUPO..., 2010, p. 64) e, a partir de então, foram incorporados como instâncias locais de inserção nas Reuniões de Alto Nível, cujas funções são coordenar e sistematizar os trabalhos para a Nova Agenda para Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, documento que formaliza um conjunto de acordos entre Brasil e Uruguai desde 2003, entre os quais aqueles assinados pelos dois presidentes em 2010.

De modo a compreender o dinamismo e a característica com a qual nos deparamos retomamos o referencial teórico. Como já foi referido, Harvey (2005) refere-se a processos em que produção e consumo, oferta e procura (de mercadoria e força de trabalho), produção e realização, conflitos de classe e acumulação, cultura e estilos de vida, vão se unificando como uma coerência estruturada de um conjunto de relações de forças produtivas e sociais. Fica claro que, nesse espaço fronteiriço, as lógicas capitalista e territorial vêm se entrelaçando e construindo uma coerência regional com configurações próprias. As proposições de Harvey (2004a), além de iluminarem esses processos, desvelam o papel do Estado como agente organizador da diferenciação e da dinâmica econômico-social, não só porque garante investimentos infraestruturais, mas, sobretudo, porque oferece mecanismos legais e administrativos para a produção de novos espaços de acumulação. Como organizador da diferenciação, o Estado assegura também a preservação da coerência estruturada, num processo quase inercial, ou muito pouco transformador. No espaço fronteiriço que estudamos, esse papel vem se construindo no espaço das Reuniões de Alto Nível, consolidadas na sequência de edições da Nova Agenda resultado de Grupos de Trabalho voltados para os temas da segurança pública e judicial e áreas de controle integrado; saúde; políticas sociais e assuntos trabalhistas; educação, formação profissional e cultura e meio ambiente e saneamento (LEMOS, 2013).

## **Considerações Finais**

Os leitores que se aproximarem das informações que apresentamos com as lentes do senso comum sobre desenvolvimento dirão que, finalmente, os bons ventos chegaram àquela região, no entanto, quando olhamos essas informações tomando o referencial teórico-conceitual que adotamos, constatamos as características próprias de uma dinâmica que entrelaça a força da

tradição com as necessidades de expansão da acumulação capitalista. Mais que isto: a acumulação capitalista contemporânea sendo facilitada pela força da tradição.

Devido a sua precoce inserção no circuito da produção industrial moderna, ficaram na região as marcas de uma era que a fantasia da memória transformou em época áurea. Se tomássemos as informações daquele tempo constataríamos que a exploração da mão de obra barata, do trabalho sazonal no caso do frigorífico, predominantemente feminina e sem qualificação, nada tinha de gloriosa para os operários nem produzia riqueza para o conjunto da população da cidade. Com a construção e reprodução dessa fantasia, produziu-se na região um sentimento de desvalia que faz com que aqueles que estão construindo algo significativamente relevante e novo não se reconheçam como tal e terminem por submeter-se à lógica dominante que reproduz sempre e a cada momento a apropriação desigual da renda.

Como enfatizou um professor da Unipampa, no seminário de encerramento do Projeto, que realizamos em Sant'Ana, em dezembro de 2011, a dramaticidade da ideologia do desenvolvimento é que ela exclui da sensação de participar os sujeitos que cotidianamente produzem a riqueza. Assim, ante o conformismo e a expectativa de projetos salvadores, são facilmente legitimados projetos que propiciam novos espaços de acumulação para o capital e a reprodução das elites locais, com o suporte indispensável do Estado.

A riqueza do referencial que utilizamos, assim como da realidade estudada, reside em propiciar ações e reflexões em contextos carregados de contradições. Nesse sentido, as suposições que encontramos ao confrontar novos achados empíricos com o referencial de Harvey indicam que a coerência regional que está se estruturando, pela ação dos atores da região da *Frenteira da Paz* em articulação com atores nacionais e internacionais, está configurando um novo espaço que, sob a égide da inserção em projetos modernos e sustentáveis, deslocará no imaginário a maldição da região deprimida e sem futuro sem, no entanto, transformar as relações sociais. Muito pelo contrário!

O referencial da coerência regional estruturada permitiu compreender o papel dessa região no contexto de expansão e criação de novos espaços de acumulação, bem como o papel do Estado na formalização de acordos que mantêm a coesão. O estímulo que os respectivos Estados nacionais têm dado aos projetos de integração garante espaço para os investimentos em infraestrutura, para a formação de alianças regionais de classe e interclasses, bem como para a consolidação de instituições jurídicas e políticas que legitimam esses processos. Como alerta Aydalot (1988), contudo, a coerência estruturada não é monolítica, mas inconstante e sujeita a desafios.

Fica, assim, a possibilidade de que os atores locais, ao perceberem o engodo desses projetos que tudo prometem e pouco concretizam, tencionem pela diferenciação em construções coletivas que coloquem no centro da estruturação de novas coerências regionais sujeitos que se produzam como relevantes e se tornem centrais em um processo de transbordamento dos limites impostos pela centralidade do capital. Quem sabe, a prática cotidiana de transbordar os limites entre os Estados nacionais inspire um outro e necessário transbordar, rompendo a reprodução do velho sob a aparência de grande novidade.

Pudemos confirmar a expectativa de Bello (2012) sobre a possibilidade de uso dos conceitos de Harvey, especificamente o de coerência estruturada, em escalas menores ou maiores que o do Estado-nação. O caso estudado, por sua própria condição fronteiriça, permitiu apreender as categorias teóricas aquém e além do Estado-nação, em dimensão transescalar, o que contribui para a compreensão da dialética homogeneização-diferenciação em contexto regional transnacional.

Para a nossa agenda de pesquisa, o estudo contribuiu para avançarmos na crítica ao desenvolvimento, superando-a e lançando-nos desafios em direção ao esforço de aprofundamento tanto aos fundamentos teóricos que têm orientado nossos estudos como aos contextos reais em que se organizam disputas em torno de concepções e visões de mundo antagônicas ao que está dado, incluindo novos retornos à região transfronteiriça.

## Referências

- A PLATEIA. *O Jornal*. Sant’Ana do Livramento, 2015. Disponível em: <<http://www.aplateia.com.br/QuemSomos.aspx>>. Acesso em: 1º jun. 2015.
- A PLATEIA ON-LINE. *O outro lado: comércio local não registra reação em vendas*. Sant’Ana do Livramento, 11 jun. 2007. Disponível em: <<http://srv3.v-expressa.com.br/edicoes/2007/junho/110607/geral10.php>>. Acesso em: 9 out. 2007.
- ALBORNOZ, Vera Maria. *Armour: uma aposta no pampa*. Livramento: Palloti, 2000.
- ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMIENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Emater-RS. *Notícias: seminário do leite é realizado em Sant’Ana do Livramento*. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/noticias/noticia.php?id=11002>>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a Emater: apresentação*. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/sobre/>>. Acesso em 20 mar. 2011.
- AYDALOT, Phillippe. *High technology industry and innovative environment*. Oxford: Routledge, 1988.
- BARRENECHEA; Pedro; RODRÍGUEZ, Adrián; TRONCOSO, Carlos. *Diagnóstico econômico local: Rivera*. Montevideo: PNUD, 2008 (Cuadernos para el desarrollo local).
- BELLO, Yachay Tolosa. Una discusión en torno al concepto de coherencias estructuradas en David Harvey y su aplicación. *Revista Espacio Crítico*, n. 16, p. 22-37, 2012.
- BETANCOUR, Gladys et al. *Rivera – Livramento: de la integración de hecho a la integración real*. Rivera: GIR, 1989.
- BETANCOUR, Gladys. Las fronteras en un contexto de cambios: la vida cotidiana en ciudades gemelas – Rivera (Uruguay) y Sant’Ana do Livramento (Brasil). *Ateliê Geográfico Goiânia-GO*, v. 2, n. 3, p. 18-42, 2008.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Atos assinados por ocasião do Encontro entre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente do Uruguai José Mujica – Rivera/Sant’Ana do Livramento*. Brasília, 30 de julho de 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/atos-assinados-por-ocasio-do>>

-encontro-entre-o-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-e-o-presidente-do-uruguai-jose-mujica-rivera-Sant’Ana-do-livramento-brasil-30-de-julho-de-2010>. Acesso em: 25 abr. 2011.

CALVO, Juan José (Coord.). *Atlas sociodemográfico y de la desigualdad del Uruguay: las necesidades básicas insatisfechas a partir de los Censos 2011*. Montevideo: INE, 2013. Disponível em: <[http://www.ine.gub.uy/biblioteca/Atlas\\_Sociodemografico/Atlas\\_fasciculo\\_1\\_NBI\\_versionrevisada.pdf](http://www.ine.gub.uy/biblioteca/Atlas_Sociodemografico/Atlas_fasciculo_1_NBI_versionrevisada.pdf)>. Acesso em: 6 jun. 2014.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Latifúndio, assentamentos rurais, florestamento: qual identidade regional da campanha gaúcha no século XXI? *Colóquio Internacional de Geocrítica*, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/chelotti.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Unidade na diversidade: as múltiplas identidades encontradas em assentamentos rurais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3, 2005, Presidente Prudente. *Anais...* Presidente Prudente, nov. 2005.

COSTA, R. H. *RS: latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

DESLANDES, S. F. Concepções em pesquisa social: articulações com o campo da avaliação em serviços de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 13, n. 1, p. 103-107, 1997.

EKGARTE, Edis. *Coquetel abre 1ª Feira Agroindustrial da Fronteira*. Sant’Ana do Livramento: Acil, 27 jul. 2010. Disponível em: <[http://www.acilivramento.com.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=234:coquetel-abre-1a-feira-agroindustrial-da-fronteira&catid=1:latest-news&Itemid=58](http://www.acilivramento.com.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=234:coquetel-abre-1a-feira-agroindustrial-da-fronteira&catid=1:latest-news&Itemid=58)>. Acesso em: 20 abr. 2011.

CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. Eletrosul. *Participações societárias*. Florianópolis, mar. 2011a. Disponível em: <<http://www.eletrosul.gov.br/home/conteudo.php?cd=835>>. Acesso em: 24 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. Assessoria de Comunicação Social e Marketing. *Eletrosul oficializa início das obras do Complexo Eólico Livramento*. Florianópolis, dez. 2011b. Disponível em: <[http://www.eletrosul.gov.br/home/conteudo.php?cd=65&tipo=55&galeria=8&id\\_codigo=1333](http://www.eletrosul.gov.br/home/conteudo.php?cd=65&tipo=55&galeria=8&id_codigo=1333)>. Acesso em: 13 jan. 2012.

GRUPO DE TRABALHO INTERFEDERATIVO DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA. *Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2010. Disponível em: <[http://www.integracao.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=ab3fdf20-def6-43e1-9e64-d6248ebd1353&groupId=10157](http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ab3fdf20-def6-43e1-9e64-d6248ebd1353&groupId=10157)>. Acesso em: 10 maio 2014.

GUAZZELLI, César A. Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. 1997. Tese (Doutorado) IFCS-UFRJ, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 1997.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004a.

\_\_\_\_\_. O novo imperialismo: sobre rearranjos espaço-temporais e acumulação mediante despossessão. *Margem esquerda*, n. 5, 2004b.

\_\_\_\_\_. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. London: Verso, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Cidades@*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431710&idtema=97&search=rio-grande-do-sul|Sant'Ana-do-livramento|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-migracao-->>>. Acesso em: 10 maio 2014.

ILHA, Adayr da Silva; ALVES, Fabiano Dutra; SARAVIA, Luis Hector Barboza. *Desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: o caso da metade sul*. Porto Alegre, [2007?]. Disponível em: <[http://www.fcc.rs.gov.br/sitefcc/download/cecg/1/mesa\\_3\\_ilha\\_alves\\_saravia.pdf](http://www.fcc.rs.gov.br/sitefcc/download/cecg/1/mesa_3_ilha_alves_saravia.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2007.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEMOS, Bruno de Oliveira. *A nova agenda para cooperação e desenvolvimento fronteiriço entre Brasil e Uruguai*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. *The accumulation of capital*. London: Routledge and Kegan Paul, 1951. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1913/accumulation-capital/index.htm>>. Acesso em: 9 fev. 2010.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, T. M. et al. (Org.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB, 1998. p.41-49.

MARIANO, Nilson. Tensão marca expectativa por casamento gay em CTG. *Zero Hora*, 21 ago. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/08/tensao-marca-expectativa-por-casamento-gay-em-ctg-4579854.html>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

MARTINS, Maria Elena. *Fronteiras culturais e cultura fronteiriça em Livramento (BR) e Rivera (UY): considerações provisórias*. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 5 a 9 de setembro de 2005.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. V. 1.

PADRÓS, Enrique Serra. Fronteiras e integração fronteiriça: elementos para uma abordagem conceitual. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais*, v. 17, n. 1/2, 1994.

PATTON, Michael Quinn. Strategic themes in qualitative inquiry. In: \_\_\_\_\_. *Qualitative evaluation and research methods*. 2. ed. Newbury Park: Sage, 1990. Cap. 2. p. 35-63.

PUCCI, Adriano Silva. *O estatuto da fronteira Brasil-Uruguaí*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento e Gestão. *Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, [2012?]. Disponível em: <[http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod\\_menu\\_filho=818&cod\\_menu=817&tipo\\_menu=ECONOMIA&cod\\_conteudo=1468](http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=818&cod_menu=817&tipo_menu=ECONOMIA&cod_conteudo=1468)>. Acesso em: 10 maio 2014.

RIVERA. Departamento. *Datos de Rivera*. 2008. Disponível em: <[http://www.rivera.gub.uy/documentos/datos\\_de\\_rivera\\_.pdf](http://www.rivera.gub.uy/documentos/datos_de_rivera_.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2009.

RODRÍGUEZ MIRANDA, Adrian. *¿Desarrollo sectorial o desarrollo territorial en economías locales interiores? El caso de Rivera en Uruguay*. Montevideo: Facultad de Ciencias Económicas y de Administración, 2012. Disponível em: <<http://www.ccee.edu.uy/jacad/2012/x%20area%20y%20mesa/ECONOMIA/3%20-%20Dimensi%F3n%20territorial%20de%20las%20pol%EDticas/1-%BFdesarrollo%20territorial%20o%20desarrollo%20sectorial%20un%20an%E1lisis%20para%20econom%EDas%20locales%20Interiores.%20e1%20caso%20de%20rivera%20en%20Uruguay..pdf>>. Acesso em: 5 maio 2014.

SARQUIS, Patrícia. La educación en Zonas de Frontera: síntese de investigaciones realizadas en Argentina. In: TRINDADE, Aldema Menine; BEHARES, Luis Ernesto (Org.). *Fronteiras, educação, integração*. Santa Maria: Pallotti, 1996.

STAKE, R. E. *The art of case study research*. London: Sage, 1995.

UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA. Udelar. *Programas regionales de enseñanza terciaria: 2008-2010 y su proyección al 2020*. Montevideo: Udelar, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Unipampa. *V Seminário Rumos da Bacia Leiteira divulga programação*. Postado em 17/9/2013. Disponível em: <<http://www.unipampa.edu.br/portal/noticias/3251-v-seminario-rumos-da-bacia-leiteira-divulga-programacao>>. Acesso em: 4 ago. 2014.

URUGUAY. Instituto Nacional de Estadística. *Censos 2011*. Montevideo, 2012. Disponível em: <<http://www.inc.gub.uy/censos2011/index.html>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZERO HORA. *A nova fronteira do vento*. Porto Alegre, v. 47, n. 16.662, 19 abr. 2011. Capa.

Recebido em: 2/9/2014

Accito em: 14/4/2016